

A teoria das elites como uma ideologia para perpetuação no governo

Selvino Antonio Malfatti¹

Resumo: A Teoria das Elites pode servir de justificativa para quem ocupa cargo administrativo e deseja se perpetuar no governo. Com efeito, o partido ou grupo no poder imbuí-se da idéia de que é elite e, para tanto, precisa permanecer no governo. Por esse motivo, o grupo ou partido pode lançar mão da ideologia da Teoria das Elites, pela qual se autojustifica para permanecer no governo.

Palavras-Chave: Teoria das Elites; ideologia; governo; perpetuação.

Abstract: The Elite Theory can be used as a justification for the perpetuation in the government to people who have a governmental function. With effect, the party or group in the government communicates that is the elite and for this reason needs to remain in the government. For this, the group or party can use the ideology of the Elite Theory to justify themselves to remain in the government.

Keywords: The Elite Theory; ideology; government; perpetuation.

INTRODUÇÃO

A tendência natural ou a inércia de todo grupo político ou partido que está no poder é nele perpetuar-se. Aliás, Maquiavel já percebera que esse era um dos objetivos do político: permanecer no poder, além de conquistá-lo e de governar. Isso é natural porque, para se chegar a ele, envidam-se todas as forças espirituais e físicas. Não só para conquistar o poder, mas também para permanecer nele, o político lança mão das mais variadas estratégias, sendo que uma das mais significativas é o marketing do bom desempenho econômico e a conquista da confiança popular através do favorecimento de segmentos que possam garantir-lhe a maioria. Antes, porém, de engalfinhar-se na empreitada de prender o poder a qualquer custo, necessita justificar-se, ou seja, precisa de uma justificativa para sua ação. Essa pode ser encontrada na Teoria das Elites, pela qual ele, o político, enquadrando-se como elite, justifica sua permanência no poder e, para tanto, busca um ponto de apoio para sua alavanca. Não estamos afirmando que a Teoria das Elites seja uma ideologia de perpetuação no poder. Nem que todo aquele que

¹ Doutor em Filosofia e Professor do Centro Universitário Franciscano. Santa Maria, RS.

se perpetua no poder esteja lançando mão da Teoria das Elites. Apenas levantamos a hipótese, calcados em duas experiências históricas, que a Teoria das Elites pode se tornar uma ideologia na perpetuação do poder.

Assim, o político pode encontrar na ideologia a legitimidade subjetiva e o apoio utilitário para perpetuar-se no poder. O sentido que lhe emprestamos, neste artigo, é o de Vilfredo Pareto (1848-1923). Ele diz no *Trattato di Sociologia Generale* que a ideologia serve para defesa dos interesses particulares, isto é, de um grupo com interesses específicos (Cf. PARETO, 1916). É, ainda conforme ele, uma teoria não científica exatamente porque não é lógico-experimental. Há três tipos de teorias, conforme Pareto. A objetiva, a subjetiva e a utilitária. Nossa hipótese é que o grupo que almeja perpetuar-se, vale-se do segundo e terceiro significado da ideologia: subjetiva e utilitária, isto é, de um uso ideológico da teoria.

Essa Teoria das Elites teve, na atualidade, duas experiências históricas que justificaram a permanência no poder de um grupo ou partido. Esses grupos conseguiram manter-se no poder, justificando-se, ideologicamente, através da Teoria das Elites. Trata-se do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão, materializados na ideologia do fascismo e do nazismo. Pelo primeiro, auto-introjetou-se a crença na nulidade do valor do indivíduo como indivíduo. De fato, levar-se-ia em conta que a vontade de poucos ou mesmo de um seria a encarnação da vontade de todos ou, no mínimo, da maioria. Essa minoria exprime o ideal, a consciência e mesmo a vontade de todos e, na qualidade de detentora do poder, timoneira do Estado, transforma-se em vontade coletiva. Já não é mais o povo, sujeito político, que gere o Estado, mas este que cria o direito. Por sua vez, o grupo do nazismo apelou para a raça, ariana, pura e superior. O partido, por ser dessa raça, tinha direito ao poder para o bem da coletividade. Além disso, tinha o dever moral de depurar o entorno das raças degradadas que infeccionavam a sociedade alemã.

Contudo, não foram somente essas duas experiências históricas que lançaram mão da Teoria das Elites para perpetuar-se no poder, mas todo grupo ou partido que pretenda manter-se indefinidamente no governo, do passado e do presente, pode encontrar justificativa para isso nessa Teoria. Essa defende que o poder se concentra nas mãos de um grupo restrito. O modelo seria a pirâmide política, semelhante à econômica. Para os defensores da perpetuação no poder não faz sentido o pluralismo político ou a democracia horizontal. Sempre haveria uma oligarquia no poder, embora a sociedade seja constituída de individualidades díspares. Evidentemente, a fundamentação da teoria

não é unívoca entre os autores, no entanto, o *leiv-motiv* da perpetuação está presente em todos eles. Por isso, podemos encontrar vários desdobramentos dessa teoria ou pontos de vista diversos. Ora mais flexíveis, ora mais ortodoxos. A seguir, apresentamos alguns autores que fundamentam essa teoria.

1. A CIRCULAÇÃO DAS ELITES

O sociólogo de nacionalidade italiana, Vifredo Pareto, faz a fundamentação da Teoria das Elites. O pensamento de Pareto sobre a elite é proveniente de sua concepção gnoseológica. Para ele, há ações humanas lógicas, como as econômicas, e não-lógicas, como as sociológicas. As ações lógicas apontam claramente para um fim de maneira subjetiva e objetiva, são racionais. As ações não-lógicas, por sua vez, são guiadas por motivações sentimentais. As ciências humanas, de modo geral são caracterizadas por ciências de solução aproximativa. Até mesmo na Economia, que se vale de dados estatísticos, encontramos problemas de difícil solução. Contudo, de todas as ciências sociais, a Sociologia é a mais problemática. Isso porque a Política tem de levar em conta o seguinte: 1º-os fenômenos se produzem muito lentamente e, por isso, o pesquisador não consegue captá-los na totalidade; 2º- qualquer fenômeno relacionado ao sentimento não pode ser medido com precisão 3º- os fenômenos sociológicos são mais raros e possuem múltiplas causas; 4º- na tentativa de querer explicar os fenômenos político-sociais, os homens dão razões lógicas não-reais; 5º- se é difícil conhecermos nossos próprios sentimentos, mais difícil é conhecermos os sentimentos alheios (PARETO, 1980, P. 66-69).

No entanto, o homem quer dar-lhe uma aparência de logicidade e, dessa forma, douram as ações através da moral, religião e mesmo da filosofia. Disso derivam dois elementos: os resíduos que são as constantes instintivas da conduta humana e as derivações que são justificativas pretensamente racionais das ações. Os resíduos são as manifestações observáveis dos sentimentos mediante ações e as derivações são o resultado da tentativa de racionalização dos sentimentos. Resíduos e derivações interagem reciprocamente. Eles são os responsáveis pelo equilíbrio social combinando interesses diversos e mesmo conflitantes diante de uma realidade social extremamente heterogênea. Dessa heterogeneidade, pode-se deduzir, como dado imediato, uma camada superior da sociedade, formada pela elite. Essa elite é detentora dos índices mais elevados dentro do ramo de atuação. Na questão política, há a elite governamental

que se distingue da não-governamental. A elite governamental é um grupo minoritário e é uma constante na história das sociedades. A elite não-governamental, por sua vez, é extremamente heterogênea. Há os que são dominados por fins ideais, caracterizando-se por uma classe dominada pelos sentimentos, as agregações. Há políticos que querem trabalhar no interesse da população e, dessa maneira, são dominados pelo instinto das combinações.

A elite política basicamente é constituída de dois pólos. Os que dominam a força física, os leões, e os que se sobressaem intelectualmente, as raposas. Os primeiros constituiriam a classe I e os segundos a classe II da elite política. Para se perpetuar no poder, a elite precisa renovar-se, isto é, cooptar indivíduos capacitados dentro da sociedade. Os indivíduos dotados da força, os leões, por serem leões não se deixarão cooptar. Os astutos, raposas, aceitam a cooptação e por isso ingressam em maior quantidade na elite. Com isso, os talentosos se tornaram majoritários ou, no mínimo, hegemônicos. No entanto, dentro da sociedade cresce a elite dos fortes que forçam a entrada para a elite política. Eles formam uma contra-elite e, quando se sentirem o suficientemente fortes, promovem uma revolução e ascendem à elite formando um governo de classe II. Com o passar do tempo também precisam renovar-se e novamente se reinicia o processo. É a teoria da circulação das elites (CHATELET, 1993, p.926-934).

Em Pareto, encontramos a idéia de que elite é a algo natural, que independe da vontade humana e está acima dela. A elite não se faz nem se adquire. É um dado. Por isso, o político é uma realidade independente da vontade da comunidade e, conseqüentemente, seu agir independe do crivo da comunidade. Ele não é escolhido, mas dado pela natureza e, assim, pode prescindir da comunidade. Como não está no poder, mas é poder, justifica-se a perpetuação no poder.

2. A RENOVAÇÃO DAS ELITES

No século XX, o pensador e historiador italiano em política, Gaetano Mosca (1858-1941), dá continuidade a Pareto com a fórmula famosa da teoria das elites.²

² A constatação de que, em toda sociedade, haveria sempre e apenas uma minoria detentora do poder e uma maioria privada dele não é totalmente nova em sua expressão mais genérica. Já os antigos sofistas vislumbraram algo semelhante ao afirmar que a justiça é a expressão do mais forte. Platão a expôs na

Mosca, primeiramente, faz uma crítica à teoria aristotélica das formas de governo: monarquia, aristocracia e democracia. Afirma ele que não há três, mas somente uma forma de governo: a aristocracia. Ele se baseia na constatação ou suposição de que, em toda sociedade política, existem somente duas classes de pessoas: os governantes (elite detentora do poder político) e os governados (o restante da população). A elite organiza-se de tal forma que se perpetua na sua posição e resguarda seus próprios interesses, lançando mão, inclusive, dos meios disponíveis do poder. A organização constitui a característica principal da elite, bem como sua possibilidade de sobrevivência. Ela está estruturada e se impõe à massa dispersa. A sublimação da elite perante a massa ocorre porque ela acredita ser detentora de algum atributo especial como o contato com o divino, força, saber e riqueza. A elite, publicamente, faz com que creiam em sua superioridade e, com isso, adquire legitimidade social. Disso emerge a “fórmula política” que consiste num conglomerado de valores, crenças e sentimentos comuns inerentes à história daquele povo. A elite seria a encarnação desses valores e a deteriorização deles apontaria para mudanças sociais. As questões ideológicas, como liberalismo ou socialismo, bem como os sistemas de governo, como presidencialismo ou parlamentarismo, para Mosca, são utopias, lucubrações da elite para manter-se no poder.

O poder da elite se reproduz de duas formas: a democrática, quando a elite permite o ingresso de membros de outras classes sociais. Ela é aristocrática, quando a mudança ocorre no interior da elite. No entanto, mesmo na forma democrática, há critérios para que outros membros ingressem na elite. Mosca constata que os candidatos devem preencher duas condições essenciais: possuir qualidades pessoais especiais e possuir determinação pessoal para o exercício do poder. Uma vez admitido na elite o indivíduo dilui-se na organização. A massa, por sua vez, ao participar na constituição do poder legitimará a vontade da elite. A participação popular através do voto não significa que o povo esteja dirigindo seus eleitos, ao contrário, ele escolhe da elite uma elite de escolhidos.

A experiência como parlamentar no período fascista o fez retocar sua teoria. Passa então a referir-se à classe política como elite. A condução da sociedade cabe, conforme ele, à classe política ou elite política. Na realidade, há somente um homem no

proposta dos governantes sábios. Marcílio de Pádua a formulou na teoria da “valentior pars”. No entanto, é em Mosca que esta teoria recebe o polimento de um jurista, sociólogo e politólogo.

comando, e a elite é uma massa imensa de despeitados que o apóia. A própria autocracia se apóia na classe política para poder governar. Sua força reside na organização dessa classe. A multidão acredita que pode expulsar a classe política. No entanto, ao fazê-lo, criará outra classe política porque, sem classe política, não há governo. Dessa forma, qual a natureza da organização? É precisamente aquilo que permite à minoria organizada sobrepor-se à minoria não-organizada. Assim, existe uma minoria organizada porque a organização só pode ocorrer entre poucos e não com todos ou muitos (Cf. MOSCA, 1920).

Quer na sua formulação mais originária, quer na mais flexível, o grupo detentor do poder, objetivando permanecer nele, pode encontrar em Mosca a justificativa de seu intuito porque, segundo ele, sempre haverá uma Elite e não um representante da comunidade no poder.

3. O CÍRCULO DE FERRO DAS ELITES

Robert Michels (1876-1936), sociólogo alemão, estuda o político através de uma radiografia dos partidos socialistas europeus, em especial, o alemão, o italiano e o francês. Ele procura mostrar quão pouco espaço é destinado ao político dentro do partido. Aliás, a estrutura nesse sentido é avassaladora. O político entra nas engrenagens do partido e delas, dificilmente, se liberta.

Michels ficou consagrado na Teoria das Elites pela famosa enunciação da lei de “círculo de ferro” da oligarquia devido à dependência financeira do partido de seus membros. Conheceu Gaetano Mosca em Turim onde lecionou Economia. Dele incorporou o conceito de “governantes” e “governados”. Essa idéia ele aplicou aos partidos políticos socialistas, objeto de seus estudos, mormente em: Sociologia dos Partidos Políticos (Cf. MICHELS, 1982).

Ele constatou que, dentro de três grandes partidos socialistas europeus - alemão, francês e italiano - num período de 17 anos, de 1893 a 1910, o índice de estabilidade das chefias era muito alto. Se isto se associar ao fato de que esses partidos eram operários e democráticos, teremos uma elite oligárquica que se perpetuou no poder dentro do socialismo operário. Conforme Michels a lógica democrática deveria reger-se pela substituição contínua dos mais antigos pelos mais jovens para não deixar que os cargos de direção se incrustem no poder. No entanto, o que acontece é exatamente o inverso. Os partidos socialistas têm uma sólida organização, fazendo que a representação se

assente mais no passado que no presente. É a lei da inércia que leva a isso, uma preguiça gregária que renova o mandato dos mesmos chefes. Contudo, isso não ocorre por falta de normas. Há uma determinação de que, em cada congresso anual, o partido deva renovar-se pelo voto secreto, bem como, com maioria absoluta, todo o comitê de direção composto de sete pessoas. Entretanto, o que se observa é que, em cada congresso, se distribui aos delegados cédulas impressas com os nomes dos membros da direção anterior. Isso mostra não somente uma continuidade de mandatos, como também uma forma de pressão para consegui-lo. Evidentemente, quem prepara as cédulas são as pessoas que exercem o mandato naquele momento. Dessa forma, alguém investido em algum cargo de direção do partido exercê-lo-á até que bem entender. A missão temporária de um membro do comitê se transforma em cargo, e o cargo num posto fixo. Os chefes se tornam irremovíveis mais até que os antigos cargos exercidos pelos aristocratas (1982, Cap.I).

Outro componente dos partidos socialistas, particularmente, alemão e o italiano, é fidelidade da cúpula do partido ao partido. Michels constata que, dificilmente, ocorrem deserções, o que contraria a prática comum na França. Ele constata que há de fato ideais superiores que inspiram os membros do partido. Além da organização do partido socialista alemão semelhante à organização militar há também uma devoção à vocação abraçada, um amor ao dever, uma convicção inabalável na capacidade do partido para implantar o socialismo. No entanto, ao lado desses nobres ideais há outra razão não menos importante. Trata-se da remuneração dos membros do partido pelos serviços prestados, diferentemente de outros países, nos quais esses serviços são gratuitos. Isso, conforme Michels, “cria um laço que numerosos companheiros evitam romper, e isso por mil razões”. Essa prática imuniza os membros de práticas mais grosseiras, comuns em outros países que alimentam a propaganda oral e escrita através de contribuições voluntárias. Enquanto em outros países a propaganda se alicerça no empenho, no espírito de sacrifício e na iniciativa individuais, na Alemanha, o ponto de apoio está na fidelidade, disciplina e sentimento de dever.

Para Michels, a dependência financeira cria uma cultura de defesa da fonte de renda. Se um membro do partido recebe do partido, ele estará disposto a defender o partido acima de tudo. Por outro lado, os chefes do partido sabem que seu membro depende do partido para sobreviver e por causa disso, lhes será fiel. Por isso, a remuneração favorece a burocracia do partido, fortalecendo o centralismo. Essa dependência dos membros aprisiona-os em um círculo de ferro. É uma constatação

sociológica do autor que os parlamentares remunerados pelo Estado, não se sentem compromissados com o partido que os elegeu, enquanto os membros do partido, remunerados pelos partidos, demonstram uma fidelidade inconteste.

Michels encontra ainda mais uma razão para justificar a prática da gratificação dos serviços por parte do partido e a fidelidade ao partido: os operários, quando se tornam empregadores são muito mais exigentes que seus antigos empregadores. Por natureza desconfiados, os operários patrões são extremamente exigentes com seus dependentes. Por isso, a oligarquia do partido, constituída de antigos operários, transmutados em patrões, vigia, diuturnamente, todas as atividades de seus membros que remunera (1982, p. 78)

O autor também traz à tona outra questão: o relacionamento entre o parlamentar eleito, o partido e o eleitorado. Primeiramente, parlamentar e partido. Segundo ele, logo após a eleição, o parlamentar se distancia do partido porque seu mandato parlamentar dura um espaço de tempo considerável, durante o qual não necessitará mais do partido. Nem seu partido e nem seus eleitores poderão mexer em seu mandato. Portanto, está acima de qualquer cobrança efetiva ou ameaça. Em segundo lugar, no período eleitoral, depende indiretamente do partido e, algumas vezes, o partido depende dele, pois necessita de candidato e nada melhor que alguém já conhecido pelo eleitorado. Por isso, está imune de cobranças tanto da parte do eleitorado como do partido. Além disso, freqüentemente, o parlamentar também faz parte da chefia do partido e, nesse caso, está acima do bem e do mal.

Resta a relação eleitorado e partido. A oligarquia do partido não faz questão da estima ou não do eleitorado. As chefias partidárias consideram que o eleitorado não sabe e não entende de gestão de assuntos políticos. Conforme Michels, seria contraditório, no pensar do partido, que uma maioria que não tem opinião sobre as grandes questões políticas gerencie uma minoria acostumada a lidar, continuamente, com política. Por isso, os chefes são e devem ser contra os *referenda* do eleitorado. Isso acontece dentro das próprias chefias dos operários. Eles manifestam, publicamente, sua superioridade sobre as massas que lideram. Até o próprio direito de revolta dos operários é criticado. O autor apresenta o exemplo do líder italiano Filippo Turati que adverte as massas de que o grupo parlamentar está sempre à disposição desde que não seja para fazer coisas grotescas. Em síntese, são os deputados que devem filtrar as opiniões do operariado.

A conclusão do autor é que os parlamentares e a chefia do partido socialista mantêm-se e pretendem continuar longe do eleitorado. O “representante”, em vez de servidor, transfigura-se em patrão do povo. Assim, os chefes que começaram como subordinados, paulatinamente, acabam senhores. Dessa forma, cumpre-se o provérbio de Mephistópheles: *na espécie humana o criador se deixa dominar pela sua criatura*. (1982, p. 87-94)

Diante disso, o político, na visão sociológica de Miches, está acorrentado ou descompromissado: pelo partido, que não lhe deixa margem de ação, transformando-o num títere da chefia e pelo parlamento, porque, após conseguir a eleição, deixa de ter compromisso com o eleitorado e passa a ter vida própria, lembrando-se dele apenas no período da eleição.

4. A CLASSE DOS MAIS COMPETENTES

A Teoria das Elites, ao ingressar nos Estados Unidos da América, encontrou terra fértil. Para isso, contribuíram tanto sua cultura política, a democracia representativa, como sua economia calcada no sistema capitalista da livre iniciativa e competição. No parlamento, os políticos, deputados e senadores são eleitos por verdadeiras máquinas eleitorais, concorrendo para isso o poder econômico, o prestígio pessoal e o círculo partidário a que o candidato pertence. Com isso, o governo é confiado a uma minoria, escol da sociedade, a elite. A economia, através da competição, gera uma camada dos mais ricos, competentes e competitivos, produzindo uma elite econômica, uma classe média e uma massa que se beneficia ou não das *benesses* do capitalismo. Desse modo, a ética da Teoria das elites casou perfeitamente com o espírito norte-americano de que os melhores em cada setor são os mais bem sucedidos.

Tornou-se consensual que foi através da obra de Harold Lasswell (1902-1978), “Quem obtém o que, quando e como?” (Who gets what, when, How) (LASSWEL, 1984), em 1936, que a Teoria das Elites surge naquele país. A idéia de Laswell é simples e direta. Para ele há valores que são disputados pelos homens. Todos buscam renda, segurança, deferência, isto é, bens econômicos, políticos e sociais. Aqueles que conseguem obter a maior parte deles são da elite e o resto é massa.

Mais tarde, em 1950, Abraham Kaplan, expande mais sua teoria, tornando-a mais abrangente. Para tanto, introduz uma elite intermediária, a elite média, que possui poder inferior à elite propriamente dita, mas superior à massa. Além disso, estende o

conceito para dentro de cada setor da sociedade, formando uma gama de elites e massa no funcionalismo, na economia, na política, comércio dando origem à tecnocracia que é a elite especializada. O autor concorda com Gaetano Mosta no que se refere à relação entre democracia e elite. A democracia está vinculada à forma como é recrutada a elite e como são as relações entre massa e elite.

O eleitorado-massa novamente se debate-se impotente diante de um grupo inacessível a sua vontade e controle.

Antes de se posicionar como partidário da Teoria das Elites, James Burnham manifesta sua admiração pelos que ele chama de neo-maquiavélicos, como Mosca, Pareto, Michels e Sorel, precisamente no livro “Os Maquiavélicos”, de 1947, contrapondo a política idealista.

Constata que, em qualquer situação histórica, todas as sociedades organizadas possuem uma classe dominante, é válida para sociedades feudais ou capitalistas, com trabalho assalariado, escravo ou coletivista, com formas de governo monárquica, aristocrática ou democrática, independentemente de suas constituições e mesmo profissão de fé.

No livro da “Revolução dos Managers” (BURNHAM, 1992), o autor entende que a sociedade possui um grupo de poder, *a rulling class*, com características próprias, e que se diferencia da grande massa da população. Em toda história humana, há sempre a substituição de uma classe dominante por outra. No futuro, conforme o autor ocorrerá uma revolução, a qual consistirá na transição entre a classe dos burgueses capitalistas para a *dos managers*, isto é, dos gerentes.

Outro pensador norte-americano, em 1956, que se adentra na Teoria das Elites é Charles Wright Mills (1916-1962), nos Estados Unidos (MILLS, 1973). Ele estabelece um paralelo entre a elite que ocupa posições estratégicas dentro da sociedade norte-americana, concentrando em suas mãos poder, riqueza e fama e o homem comum que vive o repetitivo cotidiano. A história dos Estados Unidos expõe uma elite que ocupa lugares estratégicos na economia, forças armadas e política. A elite é organizada e, por isso, poderosa. Ela se caracteriza por um bloco político monolítico entorno de três “Cs”: consciência, coesão e conspiração. O homem comum, contudo, que compõe a massa não participa das decisões da cúpula.

O político, por isso, está a cima da sociedade. Ele é um demiurgo entre a massa e a divindade. Não depende nem de um nem de outro.

5. A CRÍTICA À TEORIA DAS ELITES

A teoria das elites mereceu críticas dos mais diversos setores norte-americanos: liberais, conservadores, marxistas, igrejas, entre outros. Poderíamos sintetizá-los em favoráveis e contrários.

Os favoráveis concordam que: a Teoria das Elites tem a seu favor: 1. Em todas as sociedades organizadas, as relações entre os indivíduos e grupos são de desigualdades. 2. A causa principal da desigualdade está na distribuição do poder – o poder tende a ficar concentrado em poucos. 3. Entre as várias formas de poder, o predominante é o poder político. 4. Os que detêm o poder político é sempre uma minoria. 5. Essa minoria tem interesses comuns, tem elos entre si, são solidários na manutenção das regras do jogo, permitindo a alternância do poder entre si. 6. Os regimes se diferenciam na forma como surgem as elites, desenvolvem-se e decaem, na forma como se organizam e na forma como exercem o poder. 7. O elemento oposto à elite é a massa, composta por pessoas que não têm poder ou esse é irrelevante, é numericamente maioria, não são organizadas ou são organizadas pela elite.

Os discordantes da ideologia da Teoria das Elites apresentam os seguintes argumentos: 1. A posição da democracia radical, dizendo que a Teoria das Elites parte da suposição de que, como historicamente, não se encontrou sociedades sem elite, não significa que essa não possa existir concretamente. Não há contradição nem ontológica, nem gnosiológica em haver uma sociedade igualitária politicamente. 2. A postura marxista afirma que a causa da desigualdade reside na propriedade privada. Eliminando-se essa, eliminar-se-ia a desigualdade política, além de discordar de várias elites, como foi proposto algumas vezes. 3. Os que defendem vários centros de poder, baseados em Aléxis Tocqueville, propõem uma poliarquia, idéia de autores como Robert Dahl (DAHL, 1982, p. 16 - 91). 4. Os cristãos, por sua vez, defendem um pluralismo político baseado na Doutrina Social da Igreja.

CONCLUSÃO

A ideologia da perpetuação no poder pode encontra guarida na Teoria das Elites desde sua formulação mais radical, de ser natural assim, até na sua formulação mais branda, da renovação democrática das elites.

A Teoria das Elites pode ser uma justificativa para perpetuação no poder por quem ocupa cargo governativo. Com efeito, o partido ou grupo no governo, imbuí-se da

idéia de que é elite e, por isso decide permanecer no poder. Para essa tarefa, pode lançar mão da ideologia da Teoria das Elites, pela qual se auto-justifica para permanecer no governo. Se o fim for a permanência no poder, e isso for justo para o governante porque é elite, também é justo, no pensar dele, prover-se dos meios para concretizar tal objetivo.

Diante disso, pensamos que uma reflexão sobre a Teoria das Elites seja válida desde que se leve em conta o seguinte: não há algo especial, um dom, que faça de alguém elite porque, ocasionalmente, detém o poder num determinado tempo e espaço. Não é por ser elite que alguém ocupa o topo da política, mas pelo inverso: porque ocupa o governo é que é elite.

BIBLIOGRAFIA

BURNHAM, James. *La Rivoluzione Manageriale*. Torino, Bollati Boringhieri, 1992.

CHATELET, François. (coord.) *Dicionário de Obras Políticas*. Tradução de Glória de C. Lins e Manuel Ferreira Pinto. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.

DAHL, Robert. *Um Prefácio à Democracia Econômica*. Tradução de Rui Jungmann. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1982.

LASSWELL, Harold. *Política: quem ganha, o que, quando, como*. Brasília, UnB, 1984.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Tradução de Arthur Chaudon. Brasília, UnB, 1982.

MILLS, Charles Wright. *La Elite del Potere*. Trad. Do inglês P. Facchi. 3ª ed., Milano, Ed. Feltrinelli, 1973.

MOSCA, Gaetano. *Elementi di Scienza Política*. Torino, Unione Tipografico-editrice torinese, 1982.

PARETO, Vilfredo. *Trattato di Sociologia Generale*. Firenze, Barbera, 1916, 2 vol.

_____. *Manual de Economia Política*. Tradução de João Guilherme Vargas Netto. 2ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1987.